



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI

RN-120, Km 2, Novo Juremal, S/N, 241260905, SÃO PAULO DO POTENGI / RN, CEP 59460-000

Fone: (84) 4005-4112

Informe 14/2023 - COGPE/DG/SPP/RE/IFRN

13 de novembro de 2023

**PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO
EDITAL DE ABERTURA 37/2023-DG/SPP/RE/IFRN**

EXPECTATIVA DE RESPOSTA DA PROVA ESCRITA

DISCIPLINA: MEIO AMBIENTE E AGROECOLOGIA

QUESTÃO-01

Responda os seguintes itens acerca do tema Educação Ambiental e Ecoturismo:

a) A Lei 9795/99, institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), dispõe sobre a educação ambiental, e define a educação ambiental como os processos por meios dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, Lei nº 9.795, 1999). Usando esta lei como referência discorra sobre como o Poder Público, os meios de comunicação em massa, empresas e instituições públicas e privadas, e a sociedade devem agir para a garantia de que todos tenham direito à educação ambiental. (25 PONTOS)

RESPOSTA:

A PNEA, em seu art. 3, incumbe ao poder público, às instituições educativas, aos meios de comunicação em massa, às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, à sociedade e outros para atuarem de forma a garantir que todos tenham direito à educação ambiental.

A atuação do Poder Público deve se dar por meio da definição de políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Para os meios de comunicação em massa, traz que estes devem colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.

Empresas e instituições públicas e privadas devem promover programas de capacitação dos trabalhadores visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.

Por fim, para a sociedade como um todo, a legislação traz que esta deve manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais

b) Em “Ecoturismo: Orientações Básicas” destaca-se que a visitação à Unidades de Conservação, é um dos principais recursos atrativos para o desenvolvimento de inúmeras atividades turísticas no país, ocupando lugar de destaque na política ambiental, a partir de atividades compatíveis com a conservação da biodiversidade (Brasil, Ministério do Turismo, 2010).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) categoriza as unidades de conservação brasileiras em dois grupos, o de Uso Sustentável e o de Proteção Integral, e têm como objetivo favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. (BRASIL, Lei nº 9.985, 2000).

Defina ecoturismo e exemplifique uma categoria de Unidade de Conservação que permite a visitação e prática de ecoturismo. (25 PONTOS)

RESPOSTA:

Ecoturismo é entendido como um segmento de atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações. Logo, está fundamentado não apenas na sustentabilidade, mas também na conservação e na educação. (Brasil, Ministério do Turismo, 2010).

A categoria que está explicitamente citada na Lei do SNUC como compatível com atividade de ecoturismo é o Parque Nacional.

QUESTÃO-02

Em relação à gestão e conservação de recursos hídricos, responda os itens a seguir:

a) Cite os instrumentos previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Quais são, de acordo com a legislação, os objetivos de cada um desses instrumentos? (25 PONTOS)

RESPOSTA:

Os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos são (1) os Planos de Recursos Hídricos, (2) o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, (3) a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, (4) a cobrança pelo uso de recursos hídricos e (5) o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Os Planos de Recursos Hídricos visam fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos.

O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, visa assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas, além de diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes.

O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor, incentivar a racionalização do uso da água, além de obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

O Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos tem como objetivo reunir, dar consistência

e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil, atualizar permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional, e fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.

b) Por que a análise microbiológica da água de rotina para fins de potabilidade não é baseada na detecção de microrganismos patogênicos, mas sim na detecção de microrganismos indicadores (como a *E. coli*)? (25PONTOS)

RESPOSTA:

Esse fato ocorre pelas seguintes razões:

- 1- Os agentes patogênicos têm acesso esporádico ao ambiente hídrico e não demonstram sobrevivência durante um longo período de tempo; portanto, poderiam ser perdidos em uma amostra submetida à análise laboratorial.
- 2- Estando em pequeno número, os microrganismos patogênicos podem não ser detectados pelos procedimentos laboratoriais.
- 3- Os microrganismos indicadores estão presentes em águas poluídas e ausentes em águas potáveis.
- 4- Os microrganismos indicadores estão presentes na água quando os patogênicos também estão.
- 5- O número de microrganismos indicadores está correlacionado com o índice de poluição.
- 6- Os microrganismos indicadores sobrevivem melhor e por mais tempo na água do que os patogênicos.
- 7- As técnicas bacteriológicas para a detecção dos microrganismos indicadores são rápidas e econômicas.

(assinado eletronicamente)

MARCUS VINICIUS DA ROCHA BARBOSA

Presidente da Comissão Central do Processo Seletivo

Edital nº 37/2023 - DG/SPP/RE/IFRN

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcus Vinicius da Rocha Barbosa, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 13/11/2023 11:08:31.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/11/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 637857

Código de Autenticação: 1a49e19fb6

